



DFL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. "Companhia" ou "DFL")

CNPJ nº 33.112.665/0001-46

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Comentário às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31.12.2023 - DFL Indústria e Comércio S.A. ("Companhia" ou "DFL")

Przados Acionistas, A Administração da DFL Indústria e Comércio S.A. ("DFL" ou "Companhia") apresenta aos senhores(as) o Relatório da Administração e as Demonstrações financeiras Individuais da Companhia, acompanhada de parecer dos auditores independentes, para os exercícios fiscais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações operacionais e financeiras de 2023 e 2022 abaixo, exceto quando indicado de outro modo, são apresentadas em milhares de reais (R\$). **Perfil da Companhia:** A DFL foi fundada no ano de 1939 e em poucos anos se consolidou no mercado como a maior importadora e representante de produtos odontológicos no Brasil. Desde então são oito décadas de uma brilhante atuação, focados no desenvolvimento e produção de seus produtos e construção de sólida reputação de sua marca junto a consumidores, distribuidores, fornecedores e comunidade científica. O reconhecimento da qualidade e excelência da DFL desencadeou uma série de importantes marcas, que passaram pela construção de sua sede no polo farmacêutico de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, início da produção de anestésicos injetáveis, ampliação de suas instalações com a inauguração de modernos laboratórios de P&D e automação do parque industrial. Em 2023 a DFL completou 84 anos de fundação como uma empresa global. Com a colaboração de cerca de 325 profissionais e produtos comercializados em mais de 60 países, goza de reputação privilegiada por provedores profissionais de saúde bucal com soluções odontológicas de excelência comprovada. **Mensagem da Administração:** É com grande satisfação que apresentamos ao Relatório de Demonstrações Financeiras referente ao exercício de 2023. Este ano foi marcado por importantes realizações e desafios superados, consolidando nossa posição de destaque na indústria odontológica. Durante 2023, continuamos a investir fortemente em inovação e tecnologia, aprimorando nossos produtos e serviços para atender às crescentes demandas do mercado odontológico. Reforcamos nosso compromisso com a inovação, destinando 7% da receita líquida para investimentos em pesquisa e desenvolvimento. A sustentabilidade também esteve no centro de nossas ações. Implementamos iniciativas voltadas para a redução do impacto ambiental, como a otimização do uso de recursos naturais e a adoção de práticas de produção mais ecológicas. Nosso objetivo é não apenas liderar o setor em termos de inovação, mas também ser referência em responsabilidade socioambiental. Olhando para o futuro, estamos otimistas

Balances Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores Expressos em Milhares de Reais - R\$)

Ativo	Notas 31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	55.491
Contas a receber	6	35.720
Estoques	7	22.777
Impostos a recuperar	8	14.246
Adiantamentos fornecedores/outras	9.1	765
Despesas antecipadas		746
Total do Ativo Circulante	129.745	107.975
Ativo Não Circulante		
Despesas antecipadas		249
Depósitos Judiciais		446
Créditos com partes relacionadas	9.2	7.282
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10	37.011
Imobilizado	11	58.849
Intangível	12	22.657
Total do Ativo Não Circulante	126.502	132.117
Total do Ativo	256.247	240.092
Passivo e Patrimônio Líquido	Notas 31/12/2023	31/12/2022
Passivo		
Passivo Circulante		
Fornecedores	15	11.597
Empréstimos e financiamentos	13	75.974
Arrendamentos a pagar	14	545
Obrigações sociais e trabalhistas	16	10.369
Obrigações fiscais	17	3.236
Outras contas a pagar	18	4.045
Total do Passivo Circulante	105.766	92.613
Passivo Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	13	48.499
Arrendamentos a pagar	14	54
Obrigações fiscais	17	1.055
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	19	4.593
Total do Passivo Não Circulante	54.201	63.314
Total do Passivo Circulante e Não Circulante	159.967	175.927
Patrimônio Líquido		
Capital Social Subscrito e Integralizado	20	115.244
Reserva de Lucros - Reserva Legal		434
Prejuízos Acumulados		(19.398)
Total do Patrimônio Líquido	96.280	64.165
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	256.247	240.092

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro 2023 (Valores expressos em milhares de reais-R\$ 000, exceto quando indicado de outro modo)

1. Contexto Operacional: A DFL Indústria e Comércio S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 1939, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, e que tem como principal atividade a fabricação, importação, exportação, distribuição e a comercialização de medicamentos, correlatos e saneantes, como também a importação de insumos farmacêuticos para o fim de aplicações nos produtos a serem comercializados. A partir do ano de 2020, a Companhia retomou de forma vigorosa seus investimentos em desenvolvimento de um cabedal científico, tecnológico e de inovação. Essas medidas têm também incluído um amplo programa de registro de seus produtos em novos mercados, através do investimento em capital humano, organizacional e processos técnicos que proporcionarão gradualmente a entrada da marca em países ainda não atendidos por nossa rede de distribuição. A Administração da Companhia tem adotado como visão estratégica para os próximos anos caminhar em direção à implementação de uma rede de inovação aberta, tornando-se um agente direto na ligação entre pesquisa e desenvolvimento acadêmico e a aplicação prática dessas novas tecnologias através da utilização de seus produtos - modelo este adotado por grandes empresas do setor farmacêutico ao longo de mais de uma década em parques tecnológicos nos Estados Unidos e Europa. Foram realizadas mudanças na área comercial com o objetivo de reestruturar a área para sustentar o crescimento da receita para os próximos anos. Acreditando no negócio, os acionistas majoritários apresentaram aporte no valor de R\$ 48.800 (vide nota 20) com o objetivo de diminuir o endividamento e melhorar o caixa da companhia. Permitindo que a Companhia inicie o próximo exercício com indicadores financeiros melhores.

2. Sumário das informações materiais da política contábil:

2.1. Base de Preparação e de Apresentação das Demonstrações Financeiras - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovações do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a administração julgue a maneira mais apropriada para a aplicação das políticas contábeis. Estimativas contábeis e premissas econômicas e financeiras são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis não reconhecidas no exercício em que elas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As demonstrações financeiras incluem várias estimativas e premissas, incluindo, mas não limitado à adequação da: • Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa; • Provisão para estoques obsoletos ou de giro lento; • Estimativa de valor justo de instrumentos financeiros; • Avaliação da realização de impostos (IRPJ e CSLL) diferidos ativos; • Perda por valor não recuperável de ativos não financeiros e financeiros; • Vida útil dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; • Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos e passivos. A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Diretoria tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, a Diretoria continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. Os agrupamentos de contas das demonstrações financeiras da Companhia que requerem maior nível de julgamento, complexidade e de premissas e estimativas significativas estão divulgadas nas notas explicativas que abrangem as citadas contas. Destacamos a seguir, as principais práticas contábeis adotadas pela Companhia conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil: **2.2. Reconhecimento das Receitas e Despesas - Receita de Vendas** - A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. Destacamos os principais pontos: Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflita a contrapartida a que uma Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos: **Passo 1:** Identificar o(s) contrato(s) com o cliente; **Passo 2:** Identificar o contrato e o(s) contrato(s) com o cliente; **Passo 3:** Alocar o preço de transação às obrigações e obrigações executáveis. Os requisitos do CPC 47 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com o cliente e que atenda critérios específicos; **Passo 4:** Identificar as obrigações de desempenho no contrato; **Passo 5:** Identificar as promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente; **Passo 6:** Determinar o preço da transação - o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente; **Passo 7:** Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; **Passo 8:** Identificar o preço de venda individual relativo de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato; **Passo 9:** Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade

quanto às oportunidades que se apresentam. Continuaremos a focar no aumento da nossa capacidade produtiva, na expansão de nosso portfólio de produtos, na melhoria contínua de nossos serviços e na busca por novas parcerias que possam fortalecer nossa posição no mercado global. Agradecemos ao nosso acionista controlador pela confiança e apoio contínuos, aos nossos clientes pela preferência e lealdade, e aos nossos colaboradores pelo empenho e dedicação que tornam possível nossa trajetória de sucesso. Estamos certos de que, com o compromisso de todos, 2024 será um ano de ainda mais conquistas e realizações. **Cenário Setorial:** O mercado apresentou em 2023 um crescimento de 6% em volume, totalizando cerca de R\$ 38 bilhões de reais. O setor odontológico no Brasil apresentou um grande avanço em 2023. Foi marcado por diversas inovações tecnológicas e com um aumento na quantidade de profissionais formados na área e na procura por soluções estéticas. Além disso, as pessoas estão cada vez mais conscientes sobre a importância da saúde bucal, impulsionadas pelas campanhas de conscientização contribuindo para a melhoria da saúde da população. Resumindo, com a crescente demanda por serviços odontológicos e a preocupação crescente dos brasileiros com a saúde bucal e questões estéticas, é esperado que o setor continue crescendo e oferecendo diversas oportunidades. **DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - Receita Operacional:** Em 2023 a Receita líquida de venda de produtos avançou 13,2% em relação a 2022, totalizando R\$ 162,9 mil e confirmando a expectativa de recuperação da trajetória de crescimento percebida em exercícios anteriores, reflexo das medidas de contenção da pandemia global e aumento do percentual de vacinação da população em geral. Despesas totais, as vendas para o mercado externo totalizaram R\$22,3mil. **Custo e Margem Operacional:** Os custos de mercadoria vendida totalizaram R\$ 79,3 mil em 2023, resultando numa margem operacional consolidada de 51,3% em 2023 (47,8% em 2022), motivada por uma maior eficiência operacional, otimização do nosso mix de vendas e posicionamento de preços. Este aumento está vinculado às aquisições dos insumos nacionais e importados. **Despesas Gerais e Administrativas:** O ano de 2023 apresentou 56,4% de crescimento a/a em Despesas gerais e administrativas, que somaram R\$ 77,8 mil em 2023 (R\$49,6 mil em 2022), sendo que R\$ 21,5 mil são despesas não recorrentes. Essas refletem o esforço aplicado pela Empresa ajustando seu quadro na área produtiva e administrativa, com finalidade de adequação para sustentabilidade de suas operações. **Divida Líquida:** A divida líquida da empresa totalizou R\$ 69 mil e o saldo bruto de Empréstimos e Financiamentos da DFL foi de R\$ 124 mil no encerramento do ano de 2023, sendo que 61% do total está no curto prazo. Porém, mesmo com um alto percentual de endividamento no curto prazo, a Companhia conseguiu superar esse desafio com o apoio do

Demonstração dos Resultados Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto o Resultado por Ação)

	Exercícios Findos	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita Operacional Líquida	21	162.860
Custo dos Produtos Vendidos	22	(79.307)
Lucro Bruto	83.553	68.870
Despesas gerais e administrativas	23	(77.601)
Outras receitas operacionais	24	281
Lucro antes do Resultado Financeiro	6.233	19.943
Receita Financeira	25	9.577
Despesa Financeira	25	(29.997)
(Prejuízo) e Lucro antes dos impostos	(14.187)	1.842
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	26	(2.648)
Diferidos	26	150
(Prejuízo) e Lucro líquido do exercício	(16.685)	1.341
(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício por Lote de 1.000 Ações - Valor Expresso em Reais - R\$ (Básico e Diluído)	(70,57)	5,53

Capital Social Subscrito e Integralizado - 404.055.499 242.407.725

Número de Ações Ordinárias 404.055.499 242.407.725

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados Abrangentes Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto o Resultado por Ação)

	Exercícios Findos	
	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo) e Lucro líquido do exercício	(16.685)	1.341
Outros resultados abrangentes		
Total dos Resultados Abrangentes do Exercício	(16.685)	1.341

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$)

	Capital Social Subscrito e Integralizado			Reserva Legal	Reserva Acumulada	Prejuízo líquido	Total do Patrimônio Líquido
	Subscrito	Legal	Líquido				
Saldos em 31 de dezembro de 2021, Reapresentado	66.444	434	(4.054)	62.824	-	-	66.444
Lucro líquido do exercício 2021, Reapresentado	-	-	1.341	1.341	-	-	1.341
Saldos em 31 de dezembro de 2022	66.444	434	(2.713)	64.165	-	-	66.444
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(16.685)	(16.685)	-	-	(16.685)
Aumento de Capital Social	48.800	-	-	48.800	-	-	48.800
Saldos em 31 de dezembro de 2023	115.244	434	(19.398)	96.280	-	-	115.244

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atividade Operacional: A DFL Indústria e Comércio S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 1939, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, e que tem como principal atividade a fabricação, importação, exportação, distribuição e a comercialização de medicamentos, correlatos e saneantes, como também a importação de insumos farmacêuticos para o fim de aplicações nos produtos a serem comercializados. A partir do ano de 2020, a Companhia retomou de forma vigorosa seus investimentos em desenvolvimento de um cabedal científico, tecnológico e de inovação. Essas medidas têm também incluído um amplo programa de registro de seus produtos em novos mercados, através do investimento em capital humano, organizacional e processos técnicos que proporcionarão gradualmente a entrada da marca em países ainda não atendidos por nossa rede de distribuição. A Administração da Companhia tem adotado como visão estratégica para os próximos anos caminhar em direção à implementação de uma rede de inovação aberta, tornando-se um agente direto na ligação entre pesquisa e desenvolvimento acadêmico e a aplicação prática dessas novas tecnologias através da utilização de seus produtos - modelo este adotado por grandes empresas do setor farmacêutico ao longo de mais de uma década em parques tecnológicos nos Estados Unidos e Europa. Foram realizadas mudanças na área comercial com o objetivo de reestruturar a área para sustentar o crescimento da receita para os próximos anos. Acreditando no negócio, os acionistas majoritários apresentaram aporte no valor de R\$ 48.800 (vide nota 20) com o objetivo de diminuir o endividamento e melhorar o caixa da companhia. Permitindo que a Companhia inicie o próximo exercício com indicadores financeiros melhores.

2. Sumário das informações materiais da política contábil:

2.1. Base de Preparação e de Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovações do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a administração julgue a maneira mais apropriada para a aplicação das políticas contábeis. Estimativas contábeis e premissas econômicas e financeiras são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis não reconhecidas no exercício em que elas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As demonstrações financeiras incluem várias estimativas e premissas, incluindo, mas não limitado à adequação da: • Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa; • Provisão para estoques obsoletos ou de giro lento; • Estimativa de valor justo de instrumentos financeiros; • Avaliação da realização de impostos (IRPJ e CSLL) diferidos ativos; • Perda por valor não recuperável de ativos não financeiros e financeiros; • Vida útil dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; • Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos e passivos. A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Diretoria tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, a Diretoria continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. Os agrupamentos de contas das demonstrações financeiras da Companhia que requerem maior nível de julgamento, complexidade e de premissas e estimativas significativas estão divulgadas nas notas explicativas que abrangem as citadas contas. Destacamos a seguir, as principais práticas contábeis adotadas pela Companhia conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil: **2.2. Reconhecimento das Receitas e Despesas - Receita de Vendas** - A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. Destacamos os principais pontos: Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflita a contrapartida a que uma Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos: **Passo 1:** Identificar o(s) contrato(s) com o cliente; **Passo 2:** Identificar o contrato e o(s) contrato(s) com o cliente; **Passo 3:** Alocar o preço de transação às obrigações e obrigações executáveis. Os requisitos do CPC 47 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com o cliente e que atenda critérios específicos; **Passo 4:** Identificar as obrigações de desempenho no contrato; **Passo 5:** Identificar as promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente; **Passo 6:** Determinar o preço da transação - o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente; **Passo 7:** Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; **Passo 8:** Identificar o preço de venda individual relativo de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato; **Passo 9:** Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade

acionista, que efetuou aporte de R\$ 48 mil em dez/2023. Esse aporte foi de extrema importância para a Companhia, pois permitiu que em 2024 buscasse alternativas para reorganizar sua estrutura de endividamento e reduzirmos essa alavancagem. Ao utilizar parte desse recurso para pré-quitarmos dívidas de curto prazo e mais onerosas e até mesmo para evitar de buscarmos no mercado novas captações no primeiro semestre de 2024 Dessa modo, buscáremos em 2024 reduzir o custo de endividamento e o alongamento do prazo médio ponderado de vencimento da Companhia, que encerrou o exercício de 2023 em 21 meses. Considerando os saldos de Empréstimos e Financiamentos, bem como os saldos de Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras, a Companhia registrou posição caixa líquida de R\$ 69 mil ao final do período. Assim, o Índice de Alavancagem, medido pela Dívida Líquida sobre o Ebitda ajustado, ficou em 1,69 contra 4,3 em 2022. Como resultado, a Companhia apresenta uma estrutura de capital melhor para permitir o crescimento sustentável de suas operações e poder aproveitar as oportunidades de mercado. **EBITDA:** No ano de 2023, o EBITDA Ajustado* atingiu R\$ 41 mil 2023, um crescimento de 38% em comparação ao ano de 2022. Com isso, a Margem EBITDA Ajustada* foi de 25,0% no ano, um incremento de 5p.p. no período. Para cálculo dessa métrica, o referido ajuste exclui as despesas não recorrentes e a Participação nos Lucros (PLR).

Patrimônio Líquido e Dividendos

Reconhecimento do Ebitda R\$(mil)	2023 Atual	2022 Atual
Receita Líquida	162.860	143.966
Resultado Líquido do Período	-16.685	1.341
Margem Líquida	-10,2%	0,9%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	2.498	501
(+) Depreciação e Amortização	5.577	4.666
(+/-) Resultado Financeiro	20.420	18.101
Ebitda	11.811	24.609
Margem Ebitda	7,3%	17,1%
Divida Líquida / Ebitda	1,69	4,3
(+) Despesas Não Recorrentes	21.511	3.077
(+) Despesas (PLR e Bonus)	7.414	1.798
Ebitda ajustado (sem PLR e Não Recorrentes)	40.735	29.485
Margem Ebitda Ajustada*	25,0%	20,5%
Divida Líquida / Ebitda (sem PLR e Não recorrentes)	1,69	4,31

Patrimônio Líquido e Dividendos
O patrimônio líquido da DFL fechou 2023 em R\$ 96,3 mil (R\$ 64,2 mil em 2022). Não houve distribuição de dividendos.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$)

	Exercícios Findos	
	31/12/2023	31/12/2022

Atividades Operacionais

Reversão de provisão para perda de estoques (16.685) 1.341

Reversão de provisão para perda de estoques (1.408) (1.567)

Reversão de provisão para perda de contas a receber (9) (598)

Baixas de ativos imobilizados e intangíveis 11 6.626

Custo e despesa de depreciação e de amortização 11 e 12 5.805 4.666

Juros e encargos sobre Empréstimos e financiamentos

13 18.410 16.685

Marcação a mercado da Dívida 13 2.139

Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis 19 3.800 157

Despesa/(Receita)/deimpostos(IRPJ,CSLL)diferida 26 (150) (1.355)

(Aumento) de créditos com partes relacionadas 9.4 224 -

Lucro do Exercício Ajustado

Redução (aumento) em Ativos

Contas a receber de clientes 6 (3.379) (9.735)

Estoques 7 3.784 (3.461)

Impostos a recuperar 8 10.072 (2.045)

Adiantamentos concedidos a fornecedores e outros 32 1.425

Depósitos Judiciais (32) (414)

Despesas pagas antecipadamente 1.218 1.717

Total de Redução (aumento) em Ativos

Aumento (redução) em Passivos

Fornecedores 15 840 (2.508)

Obrigações sociais e trabalhistas 16 6.202 (4.411)

Obrigações fiscais 17 122 (938)

Outras contas a pagar 18 (74) 1.737

Total de Aumento (redução) em Passivos

Patrimônio Líquido e Encargos de Empréstimos e financiamentos



DFL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. ("Companhia" ou "DFL")

CNPJ nº 33.112.665/0001-46

dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Arrendamentos de ativos de baixo valor - A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **2.7. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Financeiros** - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que esse não consideraria em outras transações indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia considera evidências de perda de valor para recebíveis tanto no nível individual quanto no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra os respectivos recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição no valor de valor é revertida e registrada no resultado. **2.8. Transações em Moeda Estrangeira** - As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários (financeiros) denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Os ativos e passivos não monetários (não financeiros) mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **2.9. Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Financeiras** - As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), que é a sua moeda funcional e de apresentação. Ainda, todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para serem emitidas pela Diretoria Estatutária da Companhia em 08 de julho de 2024. **2.10. Caixa e Equivalentes de Caixa** - Na rubrica de caixa e equivalentes de caixa, estão registrados os saldos em contas correntes bancárias e depósitos com liquidez imediata e representam risco insignificante de mudanças de valor. **2.11. Contas a Receber de Clientes** - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decorrer normal das atividades da Companhia, e são avaliadas no momento inicial pelo seu valor presente (quanto aplicável) e deduzidas da provisão para perda estimada de créditos. A provisão para perda estimada de créditos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência. **2.12. Estoques** - Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido ajustado ao valor das eventuais perdas. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques e de outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos custos estimados necessários para a realização da venda. A Provisão para estoques obsoletos ou de giro lento foram constituídas conforme políticas contábeis estabelecidas e são consideradas suficientes pela Administração da Companhia. **2.13. Imobilizado** - Registrados ao custo de aquisição ou formação, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, com taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Rubrica Contábil	Taxa de Depreciação
Edifícios	25 anos ou 4% a.a.
Máquinas e equipamentos	10 anos ou 10% a.a.
Móveis e utensílios	10 anos ou 10% a.a.
Equipamentos de informática	5 anos ou 20% a.a.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma Provisão para perdas ("Impairment") por valor não recuperável de ativos imobilizados foi julgada necessária. **2.14. Intangível** - Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os custos associados ao desenvolvimento de novos produtos e processos, que apresentem objetivamente a geração de benefícios econômicos futuros através da formação de nova receita ou pela redução de custos, são ativos em conta específica e amortizados pela vida útil definida na qual os benefícios a serem gerados foram estimados. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução no valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O exercício e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil indefinida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social, que ocorre em 31 de dezembro de cada ano.

Rubrica Contábil	Taxa de Amortização	Taxa de Amortização
Projetos*	5,8%	6,6%
Software	5 anos ou 20% a.a.	5 anos ou 20% a.a.

* Apresentado conforme taxa média ponderada baseada na conclusão e realização dos projetos. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidas na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.15. Perda ("Impairment") por Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros** - A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ("impairment") ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de juros de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital da Companhia para o setor em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **2.16. Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes** - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Por outro lado, um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico nela requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, se aplicável, os rendimentos, encargos e variações monetárias correspondentes. A apropriação dos rendimentos e encargos mensais pactuados é calculada pelo método linear. Os rendimentos ou encargos proporcionais aos dias decorridos no mês da contratação das operações são apropriados dentro do próprio mês, pro-rata dia. A administração da Companhia não identificou a necessidade de constituição de Ajuste a Valor Presente (AVP) de seus ativos e passivos conforme previsto no CPC 12. **2.17. Lucro por Ação do Capital Social (Básico e Diluído)** - O lucro ou prejuízo líquido por ação básico é computado pela divisão do lucro ou prejuízo líquido pela média ponderada de ações ordinárias em poder

dos acionistas, excluindo as ações mantidas em tesouraria. O lucro líquido ou prejuízo líquido por ação diluído é computado ajustando-se o lucro ou prejuízo líquido atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações efetivas em poder dos acionistas para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

3. Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações: 3.1. Mudanças Adotadas pela Companhia em 1º de janeiro de 2023 - As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez pela Companhia para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023 - **CPC 50 Contratos de Seguro**: O CPC 50 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 - Contratos de Seguro. A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices. A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50. **Alterações ao CPC 28 Apresentação das Demonstrações Financeiras e Declaração do CPC 26 Fazenda Judgments de Materialidade** - As alterações modificam as exigências com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "principais políticas contábeis" por "informações materiais da política contábil". As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras. **Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro** - Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação: As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade. **Alterações ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros** - Definição de Estimativas Contábeis: As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais sobre as demonstrações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **4. Demonstrações Fluxos de Caixa (DFC)**: As Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão apresentadas pelo método indireto nos termos permitidos pelo CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa:

5. Caixa e Equivalentes de Caixa:	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta corrente de movimento	7.481	4.938
Aplicações financeiras (a)	49.110	19.954
Total	55.491	23.892
(a) Representado por papéis de renda fixa indexado ao CDI - Certificação de depósito interbancário, cujos vencimentos são inferiores a 90 dias a contar da data da sua contratação e com taxas de remuneração de até 101%, além de poupança.		
6. Contas a Receber:	31/12/2023	31/12/2022
Clientes nacionais	32.209	26.290
Clientes do exterior	5.199	7.739
Total a receber bruto	37.408	34.029
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(1.688)	(1.697)
Total receber líquido	35.720	32.332
Contas a Receber de Clientes, Líquido de PCLD	31/12/2023	31/12/2022
Créditos Vencidos:		
Até 30 dias	1.361	1.335
De 31 a 60 dias	204	-
De 61 a 90 dias	46	16
De 91 a 180 dias	70	-
Acima de 180 dias	7	1.786
Total de Créditos Vencidos	1.688	3.137
Créditos a vencer:		
Até 30 dias	16.350	11.223
De 31 a 60 dias	11.573	10.587
De 61 a 90 dias	4.552	5.414
De 91 a 180 dias	1.360	1.971
Total de Créditos a Vencer	33.835	29.195
Total Geral	35.720	32.332
7. Estoques:	31/12/2023	31/12/2022
Produtos acabados	4.243	5.801
Produtos em processo de produção	6.126	11.248
Matérias-primas	3.749	3.053
Materiais de embalagens	7.248	5.878
Mercadoria Importada	607	-
Mercadoria Nacional	82	-
Outros estoques	2.064	1.925
Total dos saldos brutos dos estoques	24.121	27.905
Provisão para Estoques Obsoletos e Giro Lento	(1.344)	(2.752)
Total dos Estoques Líquidos	22.777	25.153

Os produtos acabados e em processo de produção são avaliados pelo custo médio, enquanto as matérias-primas, materiais de embalagens e os outros estoques são valorizados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos seus valores de realização ou de reposição. A Companhia efetua inventários mensais e avalia se existem produtos com pouca ou baixa movimentação, obsoletos ou danificados. **8. Impostos a Recuperar:**

	31/12/2023	31/12/2022
PIS-Programa de Integração Social	1.651	2.764
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	6.219	14.143
Total de PIS e COFINS a Recuperar (a)	7.870	16.907
IRPJ e CSLL - Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.669	6.508
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	668	896
ICMS (regulou sobre aquisição de imobilizado e de substituição tributária)	32	-
Outros impostos a recuperar	7	-
Total	14.246	24.318

(a) A Companhia revisou os créditos fiscais registrados no exercício de 2023 com base em premissas como análise das naturezas das atividades envolvidas para geração do crédito e procedimentos adotados para apropriação dos créditos relativos a PIS e COFINS não cumulativos a fim de assegurar que tais créditos estariam em conformidade para sua utilização. Com a realização dessa revisão a Companhia efetuou a baixa de R\$6.437, considerando que em um cenário de questionamento por parte da Receita Federal por compensações desses saldos, a Companhia teria o risco de não conseguir realizar o levantamento de documentação suporte suficiente e preparo de defesa no caso de autuações. **9. Outras Contas Ativas Circulantes e Não Circulantes:**

9.1. Adiantamentos a Fornecedores/Outros	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos a fornecedores nacionais e outros	254	184
Adiantamentos a fornecedores do exterior	413	418
Importação em andamento	-	45
Outros adiantamentos	98	150
Total de Adiantamentos fornecedores/outros	765	797
31/12/2023	31/12/2022	
Pessoas físicas e jurídica (a)	7.282	7.506
Total de Créditos com Partes Relacionadas	7.282	7.506

9.2. Créditos com Partes Relacionadas - (a) Contratos de mútuo com acionistas com incidência de juros pactuada entre as partes. Em 2023 houve atualização monetária de R\$841 e a baixa no valor de R\$1.065 de contratos de mútuo, onde R\$ 500 foram baixados pelo pagamento de acordo judicial, mencionado na nota explicativa 21, em que ficou definida ampla, geral e irrestrita quitação às partes, abrangendo quaisquer outras verbas que poderiam ser pleiteadas em juízo ou fora dele, extinguindo-se de modo irrevogável quaisquer pretensões que as partes poderiam ter uma contra a outra, e R\$ 565 pela não expectativa de realização. **10. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia constituiu créditos fiscais de IRPJ e de CSLL sobre diferenças temporárias de prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL calculados com base nas alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, totalizando R\$37.019 em 2023 e R\$36.869 em 2022. Vide a seguir composição do saldo, expectativa de realização dos créditos fiscais por ano e movimentação da conta:**

10.1. Composição dos Créditos de Impostos Diferidos	31/12/2023	31/12/2022
Bases de Cálculo:		
Base de cálculo- Base negativa da CSLL	110.898	102.106
Base de cálculo- Prejuízos fiscais - IRPJ	108.151	110.717
Computos dos Créditos Fiscais Diferidos de IRPJ e de CSLL		
CSLL-9% sobre a base de cálculo	9.981	9.190
IRPJ-25% sobre a base de cálculo	27.038	27.679
Total dos Créditos Fiscais Diferidos de IRPJ e de CSLL	37.019	36.869
10.2. Estimativa de Realização por Ano	31/12/2023	31/12/2022
Exercício a findar-se em 31/12/2023	-	3.435
Exercício a findar-se em 31/12/2024	4.177	7.233
Exercício a findar-se em 31/12/2025	3.833	3.162
Exercício a findar-se em 31/12/2026	4.216	10.904
Exercício a findar-se em 31/12/2027	4.637	6.135
Exercício a findar-se em 31/12/2028	4.752	-
Mais de cinco anos	15.404	-
Total dos Créditos Fiscais Diferidos de IRPJ e de CSLL	37.019	36.869

11. Imobilizado e Direito de Uso: 11.1. Composição do Imobilizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Taxas de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos
		31/12/2023	31/12/2022	
Terrenos	-	1.652	1.652	1.652
Edificações	4%	48.572 (20.449)	28.123	29.774
Máquinas e equipamentos	10%	17.968 (17.199)	769	1.166
Equipamentos e acessórios	10%	14.254 (7.822)	6.432	3.404
Móveis e utensílios	20%	2.904 (2.221)	683	472
Instalações	4%	2.234 (2.066)	168	201
Equipamentos de informática	20%	2.757 (1.759)	998	1.304
Imobilizado em andamento	-	19.292	-	19.748
Outros ativos imobilizados	10%	689 (458)	231	260
Direito de Uso - imóvel		75	(55)	20
Direito de Uso - veículos		1.574 (1.093)	481	844
Total		111.971 (53.122)	58.849	58.872

11.2. Movimentação do Imobilizado para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023:

	Saldos líquidos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência de Bens	Depreciação	Saldos líquidos em 31/12/2023
Terrenos	1.652	-	-	-	-	1.652
Edificações (b)	29.774	10	-	209 (1.870)	-	28.123
Máquinas e equipamentos	1.166	-	-	- (397)	-	769
Equipamentos e acessórios (b)	3.404	1.012	-	2.696 (680)	-	6.432
Móveis e utensílios (b)	472	49 (2)	-	269 (105)	-	683
Instalações (b)	201	28	-	11 (72)	-	168
Equipamentos de informática	1.304	77 (7)	-	48 (424)	-	998
Imobilizado em andamento (a)	19.748	2.442 (62)	-	(2.836)	-	19.292
Outros ativos imobilizados	260	12	-	- (41)	-	231
Direito de Uso - imóvel	47	2	-	- (30)	-	19
Direito de Uso - veículos	844	363	-	- (725)	-	482
Total	58.872	3.995 (71)	-	397 (4.344)	-	58.849

(a) A Companhia considera os bens que ainda não entraram em operação como imobilizado em andamento e por não estarem aptos para seu uso. A expectativa é que esses imobilizados entrem em operação até 2027 conforme conclusão das beneficiárias, implementação de maquinários e cada exercicio. (b) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi transferido R\$397 do Direito de Uso - imóvel para o imobilizado.

11.3. Movimentação do Imobilizado para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2022:

	Saldos líquidos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferência de Bens	Depreciação	Saldos líquidos em 31/12/2022
Terrenos	1.652	-	-	-	-	1.652
Edificações	31.642	-	-	- (1.869)	-	29.773
Máquinas e equipamentos	2.221	- (277)	-	- (775)	-	1.168
Equipamentos e acessórios	2.838	1.023	-	62 (490)	-	3.433
Móveis e utensílios	508	78	-	- (114)	-	472
Instalações	378	-	-	- (177)	-	201
Equipamentos de informática	1.206	462	-	9 (364)	-	1.313
Imobilizado em andamento (a)	17.156	2.772	-	(216)	-	19.712
Outros ativos imobilizados	282	16 (66)	-	-	-	26
Direito de Uso - imóvel	47	-	-	- (26)	-	19
Direito de Uso - veículos	844	363	-	- (367)	-	844
Total	57.883	5.635 (343)	-	(145) (4.157)	-	58.872

(a) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi transferido R\$145 do imobilizado para o intangível como acima demonstrado.

12. Intangível: 12.1. Composição do Intangível em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	% anual de taxa da amortização	Custo	Amortização acumulada	Saldos líquidos em 31/12/2023	Saldos líquidos em 31/12/2022
Softwares	20%	5.629	(2.059)	3.570	4.053
Licença de produtos	Indefinida	800	-	800	800
Projetos	Indefinida	19.241	(954)	18.287	20.841

CONTINUAÇÃO

DFL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. ("Companhia" ou "DFL")

Table with multiple sections: Passivo Circulante, Passivo não circulante, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro, Diferenças temporárias, and Relatoário do Auditor Independente. Includes detailed financial data and audit findings.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. Uma autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br